

EDITAL Nº 01/2016

SELEÇÃO MONITORES REMUNERADOS E VOLUNTÁRIOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS/FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E EXATAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, CAMPUS DO MUCURI.

O Departamento de Ciências Contábeis/Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas, torna público que estão abertas inscrições para o processo de seleção de Monitores Voluntários.

1- DOS OBJETIVOS

O Programa de Monitoria tem por objetivo dar suporte ao corpo discente, visando à melhoria do rendimento acadêmico e estimular os estudantes para o exercício da carreira docente.

2- DAS INSCRIÇÕES

2.1 - Poderá inscrever-se para o exame de seleção, o discente:

- a) Regularmente matriculado no Curso de Graduação em Ciências Contábeis, que comprove já ter obtido aprovação na unidade curricular objeto da seleção, com média igual ou superior a 70,0 (setenta).
- b) Que dispuser de horários livres, compatíveis com os estipulados pelo Professor Supervisor.

2.1.2 - Não havendo inscrição de nenhum candidato com nota igual ou superior a 70,0 (setenta), os candidatos que apresentarem nota igual ou superior a 60,0 (sessenta), poderão se inscrever, mantidas as demais exigências.

2.1.3 - O candidato que tiver integralizado unidade curricular equivalente àquela, objeto da seleção, deverá anexar aos documentos, uma declaração do professor responsável pela unidade curricular cursada, comprovando que o conteúdo programático é equivalente.

2.1.4 - As inscrições serão realizadas conforme disposto a seguir:

Período: 30 de março a 01 de abril de 2016.

Local: Departamento de Ciências Contábeis – Sala 106 do Prédio da FACSAB

Horário: De 11:00h às 19:00h.

Documentação: Formulário de Inscrição devidamente preenchido (ANEXO III) – Histórico Escolar (Imprimir do SIGA), com os dados do candidato, contendo obrigatoriamente a nota da unidade curricular objeto desta seleção).

3- DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Data: 05 de abril de 2015.

Local: Sala 117

Horário: 16:00 horas.

3.1 - O candidato deverá comparecer ao local das provas no horário estabelecido, devendo apresentar ao Professor seu histórico escolar (Imprimir do SIGA), contendo obrigatoriamente seu CRA, que terá peso igual ao da avaliação específica.

4- DA SELEÇÃO

4.1 - A seleção dos monitores remunerados ou voluntários será feita mediante realização de avaliação específica sobre o conteúdo programático da unidade curricular (prova teórica/prática).

4.1.2 - Será considerado aprovado no exame de seleção o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 60% (sessenta por cento).

4.1.3 - Ocorrendo empate no resultado de seleção, serão observados para efeito de desempate, pela ordem, os seguintes critérios:

- I - Maior nota na unidade curricular objeto da seleção.
- II - Maior CRA.
- III - Candidato com maior idade.

4.1.4 - O resultado do processo seletivo será divulgado pela Unidade Acadêmica / Departamento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a sua realização.

4.1.5 - Este processo seletivo terá validade por um semestre letivo, podendo ser prorrogado por igual período, dentro do mesmo ano letivo, a critério do Professor Supervisor, responsável pela unidade curricular.

4.1.6 - Havendo vaga para monitores dentro do período de validade do Edital, esta poderá ser imediatamente ocupada por outro discente aprovado, respeitada a ordem classificatória.

4.1.7 - Não havendo candidato classificado no processo seletivo para Monitoria Remunerada ou Voluntária, será publicado novo Edital para seleção de monitores.

4.1.8 - A monitoria voluntária será concedida aos discentes que concorreram e foram classificados pelo processo de seleção das unidades curriculares específicas para monitores voluntários.

4.2 - Este processo seletivo será válido para o segundo semestre letivo de 2015.

4.3 - O preenchimento das vagas será pela ordem de classificação, sendo que a cada desistência será chamado o próximo candidato classificado.

4.4 - Não havendo outro candidato aprovado, a pedido do professor responsável pela disciplina, outro edital poderá ser aberto para preenchimento da vaga, de acordo com os termos da Resolução nº 01 – CONSEPE, de 05 de março de 2015.

5- DO RESULTADO

O resultado deste processo seletivo será divulgado no dia 08 de abril de 2015.

6- DOS RECURSOS

6.1 - Havendo recursos, estes deverão ser encaminhados, em primeira instância, à Congregação da Unidade Acadêmica.

6.1.1- Da decisão da Congregação, caberá em última instância, recurso ao Conselho de Graduação (CONGRAD).

6.1.2 - O prazo para impetração de recurso é de 2 (dois) dias úteis , incluído o dia da divulgação do resultado do processo seletivo.

7- DA ADMISSÃO E EXERCÍCIO DA MONITORIA

7.1 - A admissão no Programa de Monitoria obedecerá à ordem de classificação dos candidatos, de acordo com as vagas existentes.

7.2 – Até o dia 12 de abril de 2016, o discente selecionado para exercer a função de monitor deverá entregar na DAA/PROGRAD, os seguintes documentos:

- I - Cadastro do Monitor, informando endereço, telefone, e-mail e dados bancários;
- II - Termo de Compromisso do Monitor, devidamente assinado pelo discente e pelo docente responsável pela unidade curricular;
- III - Cópia dos documentos de identidade, CPF e comprovante de conta bancária.

7.2.1 - O não cumprimento do prazo para entrega da documentação, implicará na perda da bolsa de monitoria.

7.3 - O Termo de Compromisso do Monitor será firmado entre o discente e a UFVJM, com a anuência da Unidade Acadêmica, no ato da admissão.

7.4 - As atividades do monitor obedecerão, em cada semestre letivo, a um Plano de Trabalho elaborado pelo Professor Supervisor.

7.5 - A monitoria será exercida somente em dias letivos, de acordo com o Calendário Acadêmico vigente.

7.6 - A monitoria será exercida em regime de 48 (quarenta e oito) horas mensais, exceto nos meses em que não houver dias letivos suficientes para tal. Nesses meses, as atividades desenvolvidas corresponderão a 24 (vinte e quatro) horas mensais.

8- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 - A bolsa de monitoria tem caráter transitório, não é acumulável com nenhum outro tipo de bolsa no âmbito da UFVJM – exceto bolsas de auxílio – ou empregos de quaisquer naturezas, não gerando vínculo empregatício.

8.2 - Dentro do mesmo semestre letivo não será permitido o exercício simultâneo de monitoria pelos discentes, seja remunerada ou voluntária.

8.3 - O monitor deverá, até o dia 20 de cada mês, entregar o relatório de acompanhamento e monitoramento das atividades de monitoria ao Professor Supervisor.

8.4 - O monitor deverá encaminhar seu Atestado de Frequência à DAA/PROGRAD, até o dia 20 de cada mês.

8.5 - Os casos omissos ou situações não previstas, serão resolvidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

Teófilo Otoni, 28 de março de 2016.

Assinatura do Chefe do Departamento / Unidade Acadêmica

ANEXO I – RELAÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS E

SALAS PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Monitoria Remunerada e Voluntária:

Conteúdo/Disciplina Objeto	Qtdade de bolsas remuneradas	Qtdade de bolsas voluntárias	Local das Provas	Nota e aprovação exigida para inscrição
Contabilidade Geral I	00	01	Sala 117	7,0
Direito do Trabalho e Previdenciário	00	01	Sala 117	7,0
Instituições de Direito	00	01	Sala 117	7,0
Direito Tributário	00	01	Sala 117	7,0

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO POR CONTEÚDO/DISCIPLINAS

CONTEÚDO/DISCIPLINA	Conteúdo de Contabilidade Geral I
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	<p>1 INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE</p> <p>1.1 Conceito</p> <p>1.2 Objetivos da Contabilidade</p> <p>1.3 Aplicação da Contabilidade</p> <p>1.4 Usuários da Contabilidade</p> <p>1.5 O profissional da Contabilidade</p> <p>1.6 Estrutura Conceitual Básica</p> <p>2 PATRIMÔNIO</p> <p>2.1 Conceito</p> <p>2.2 Bens, Direitos, Obrigações e Patrimônio Líquido</p> <p>2.3 Equação Patrimonial Básica</p> <p>2.4 Representação gráfica do patrimônio</p> <p>2.5 Situações Líquidas Patrimoniais Possíveis</p> <p>2.6 Formação do Patrimônio e suas variações</p> <p>3 TEORIA GERAL DAS CONTAS</p> <p>3.1 Conceito e Funções das Contas</p> <p>3.2 Natureza das Contas</p> <p>3.3 Classificação das Contas</p> <p>3.4 Débito e Crédito</p> <p>3.5 Plano de Contas</p> <p>4 ESCRITURAÇÃO E LANÇAMENTO</p> <p>4.1 Escrituração</p> <p>4.1.1 Conceito de Escrituração</p> <p>4.1.2 Atos e Fatos Contábeis</p> <p>4.1.3 Livros de Escrituração</p> <p>4.2 Lançamento</p> <p>4.2.1 Formas de Lançamento</p> <p>4.2.2 Livros contábeis</p> <p>4.2.3 Lançamentos de Diário</p> <p>4.2.4 Lançamentos de Razão</p> <p>5. CONJUNTO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS: NOÇÕES BÁSICAS</p> <p>5.1 Relatório da Administração</p> <p>5.2 Demonstrações contábeis e notas explicativas</p> <p>5.2.1 Aspectos Legais das Demonstrações Contábeis</p> <p>5.2.2 Apresentação das Demonstrações Contábeis</p> <p>5.2.3 Aspectos Conceituais das Demonstrações Contábeis</p> <p>5.3 Parecer dos Auditores Independentes</p> <p>5.4 Parecer do Conselho Fiscal</p> <p>6. BALANÇO PATRIMONIAL</p>

	<p>6.1 Conceitos e objetivos 6.2 Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido 6.3 Origens e Aplicações de recursos 7. BALANCETE DE VERIFICAÇÃO 7.1 Objetivos 7.2 Escrituração 7.3 Tipos de balancetes 7.4 Levantamento de balancetes 8. RECEITA, DESPESA E RESULTADO 8.1 Receita 8.2 Despesa 8.3 Apuração do resultado 8.4 Encerramento das contas de resultado 8.5 Lançamento de encerramento 9. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 9.1 Conceitos e objetivos 9.2 Receitas de vendas, custos e despesas operacionais 9.3 Outras receitas e despesas 9.4 Transferência do resultado para o Patrimônio Líquido 9.5 Encerramento do Exercício</p>
BIBLIOGRAFIAS	<p>BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Texto compilado com alterações posteriores). Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 06 mar. 2014.</p> <p>COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Conceitual Básico (R1). Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade The Conceptual Framework for Financial Reporting (IASB BV 2011 Blue Book). Brasília, 2011. Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2014.</p> <p>EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória. Atualizações de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de contabilidade básica: contabilidade introdução e intermediária. 8. ed. São Paulo:</p>

	Atlas, 2012. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
--	---

CONTEÚDO/DISCIPLINA	Conteúdo de Direito do Trabalho e Previdenciário
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	<p>I- Introdução e Parte Geral; Caracterização do Direito do Trabalho; Autonomia e Natureza Jurídica do Direito do Trabalho; Origem e Evolução do Direito do Trabalho Geral e no Brasil;</p> <p>II- Ordenamento Jurídico Trabalhista; Princípios do Direito do Trabalho; Interpretação, Integração e Aplicação do Direito do Trabalho; Prescrição e Decadência no Direito do Trabalho;</p> <p>III- Direito Individual do Trabalho; Relação de Emprego Caracterização; Relações de Trabalho Lato Sensu; O Empregado; O Empregador; Terceirização Trabalhista;</p> <p>IV- Responsabilidade por Verbas Trabalhistas; Contrato de Trabalho Caracterização, Morfologia, Nulidades e Modalidades; Tipos de Contratos a Termo;</p> <p>V- Contrato de Trabalho e Contratos Afins; Efeitos dos Contratos de Trabalho: Próprios e Conexos; O Poder no Contrato de Trabalho: Diretivo, Regulamentar, Fiscalização, Disciplinar;</p> <p>VI- Remuneração e Salário; Sistema de Garantias Salariais; Duração do Trabalho Jornada; Períodos de Descanso: intervalo, repouso semanal e em feriados e férias anuais remuneradas;</p> <p>VII- Formação e Alteração do Contrato de Trabalho; Interrupção e Suspensão do Contrato de Trabalho;</p> <p>VIII- Término do Contrato de Trabalho Modalidades e Efeitos; Término do Contrato por Ato Lícito das Partes: dispensa sem justa causa e dispensa motivada, mas sem culpa obreira;</p> <p>IX- Pedido de demissão pelo empregado; O instituto do aviso prévio; Término do Contrato por Ato Culposo do Empregado: Dispensa por justa causa; Término do Contrato por Ato Culposo do Empregador: Rescisão Indireta; Estabilidade e Garantias de Emprego; Indenizações e Rescisórias FGTS;</p> <p>X- Direito Coletivo: Aspectos gerais Princípios Especiais do Direito Coletivo do Trabalho; Direito Coletivo e Sindicato; Negociação Coletiva Trabalhista; A Greve no Direito Coletivo; Arbitragem e Mediação no Direito Coletivo;</p> <p>XI- Origens da Seguridade Social; Saúde; Assistência; Previdência; Seguridade Social na Constituição de 1988;</p>

	<p>Objetivos da Seguridade Social; Regimes da Seguridade Social; Evolução Legislativa da Previdência Social no Brasil; XII- Beneficiários do Regime Geral da Previdência Social; Benefícios Previdenciários Regras Gerais; Auxílio Doença, Aposentadoria por Invalidez e Auxílio-acidente; Aposentadoria por Idade;</p> <p>XIII- Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Aposentadoria Especial; Salário-família e Salário-maternidade; Auxílio Reclusão e Pensão por Morte; Acidente do Trabalho; Serviço Social e Reabilitação Profissional;</p> <p>XIV- Contagem Recíproca por Tempo de Contribuição e Reconhecimento de Filiação; Aspectos Constitucionais do Financiamento da Seguridade Social; Contribuições Previdenciárias na Lei nº 8.112/91; Arrecadação e Recolhimento das Contribuições; Fiscalização e Cobrança das Contribuições Previdenciárias; Prescrição e Decadência; Custeio da Seguridade Social;</p>
BIBLIOGRAFIAS	<p>BRASIL. CLT e Constituição Federal. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Compilação de Armando Casimiro Costa, Irandy Ferrari, Melchíades Rodrigues Martins. 35 ed. São Paulo: LTr, 2008.</p> <p>CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho Legislação Complementar e Jurisprudência. 32 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 7. ed. São Paulo: LTr, 2008.</p> <p>MASCARO, Amaury. Iniciação ao Direito do Trabalho. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>MARQUES, Fabíola. ABUD, Cláudio José. Direito do Trabalho (Série leituras jurídicas: provas e concursos; v. 22). 3 ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>NADAL, Fábio. Direito Previdenciário Sintetizado. São Paulo: Método, 2007.</p> <p>SOUZA, Lílian Castro de. Direito Previdenciário (Série leituras jurídicas: provas e concursos; v. 27). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>ZAINAGHI, Domingos Sávio. Curso de Legislação Social: Direito do Trabalho. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p>

CONTEÚDO/DISCIPLINA	Conteúdo de Instituições de Direito
----------------------------	--

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	<p>1. NOÇÕES PRELIMINARES DE DIREITO</p> <p>1.1. CONCEITUAÇÃO DE DIREITO</p> <p>1.1. Senso Comum, Conhecimento Científico e Conhecimento Filosófico.</p> <p>1.1.2. Ciências Naturais e Ciências da Cultura: o Direito como espécie das ciências culturais.</p> <p>1.1.3. Acepções da palavra direito: ciências jurídicas, ordenamento jurídico, direito subjetivo, justo.</p> <p>1.1.4. Iniciação à tridimensionalidade jurídica. O objeto do conhecimento jurídico.</p> <p>1.2. DIREITO E SOCIEDADE</p> <p>1.2.1. Direito e Moral.</p> <p>1.2.2. Direito e Religião.</p> <p>1.2.3. Direito e Economia.</p> <p>1.2.4. Direito e Política.</p> <p>1.2.5. Direito e Estado.</p> <p>1.2.6. Direito e Arte.</p> <p>1.3. DICOTOMIAS DO DIREITO</p> <p>1.3.1. Direito Natural e Direito Positivo;</p> <p>1.3.2. Direito Objetivo e Direito Subjetivo;</p> <p>1.3.3. Direito Público e Direito Privado;</p> <p>1.3.4. Direito Material e Direito Processual;</p> <p>1.3.5. Os ramos do Direito: a Enciclopédia Jurídica.</p> <p>2. FONTES DO DIREITO</p> <p>2.1. OS GRANDES SISTEMAS JURÍDICOS OCIDENTAIS</p> <p>2.2. LEI</p> <p>2.2.1. Formação.</p> <p>2.2.2. Classificação.</p> <p>2.2.3. Hierarquia.</p> <p>2.2.4. Eficácia.</p> <p>2.2.5. Interpretação e Integração.</p> <p>2.3. OS COSTUMES, AS TRADIÇÕES E O DIREITO COSTUMEIRO.</p> <p>2.4. JURISPRUDÊNCIA E JURISDIÇÃO: O DIREITO DOS TRIBUNAIS.</p> <p>2.5. DOUTRINA: O PAPEL DO SABER.</p> <p>3. TEORIA GERAL DO ESTADO</p> <p>3.1. CONCEITO E ORIGEM.</p> <p>3.2. CARACTERIZAÇÃO: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS E FUNDAMENTOS.</p> <p>3.3. REGIME POLÍTICO.</p> <p>3.4. FORMAS DE ESTADO.</p> <p>3.5. FORMAS DE GOVERNO.</p> <p>3.6. SISTEMAS DE GOVERNO.</p> <p>3.7. O ESTADO MODERNO E CONSTITUCIONALISMO.</p>
----------------------------------	--

	<p>4. DIREITO CONSTITUCIONAL</p> <p>4.1. DENOMINAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO. CONCEITO. CLASSIFICAÇÕES.</p> <p>4.2. CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.</p> <p>4.3. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.</p> <p>4.4. FUNÇÕES E ÓRGÃOS DO ESTADO.</p> <p>4.5. DECLARAÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS.</p> <p>4.6. A ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL.</p> <p>5. DIREITO CIVIL</p> <p>5.1. HISTÓRIA.</p> <p>5.2. EVOLUÇÃO E CODIFICAÇÃO.</p> <p>5.3. LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL.</p> <p>5.4. PERSONALIDADE JURÍDICA: AS PESSOAS DE DIREITO.</p> <p>5.4.1. PESSOA NATURAL.</p> <p>5.4.1.1. Aquisição de personalidade: o problema do nascituro.</p> <p>5.4.1.2. Capacidade.</p> <p>5.4.1.3. Emancipação.</p> <p>5.4.1.4. Nome Civil.</p> <p>5.4.1.5. Registro civil.</p> <p>5.4.1.6. Existência, capacidade, pessoa natural.</p> <p>5.4.1.7. Extinção.</p> <p>5.4.2. DIREITOS DE PERSONALIDADE.</p> <p>5.4.3. PESSOA JURÍDICA.</p> <p>5.4.3.1. Introdução e conceito.</p> <p>5.4.3.2. Denominações.</p> <p>5.4.3.3. Pressupostos existenciais da pessoa jurídica.</p> <p>5.4.3.4. Capacidade e representação da pessoa jurídica.</p> <p>5.4.3.5. Classificação das pessoas jurídicas.</p> <p>5.4.3.5.1. As associações.</p> <p>5.4.3.5.2. As sociedades.</p> <p>5.4.3.5.3. As fundações privadas.</p> <p>5.4.3.5.4. As organizações religiosas.</p> <p>5.4.3.5.5. Os partidos políticos.</p> <p>5.5. DOMICÍLIO. RESIDÊNCIA. MORADA.</p> <p>5.6. BENS E PATRIMÔNIO.</p> <p>5.6.1. Bem x coisa.</p> <p>5.6.2. Patrimônio jurídico.</p> <p>5.6.3. Classificação dos bens jurídicos.</p> <p>5.6.3.1. Bens considerados em si mesmos.</p> <p>5.6.3.2. Bens reciprocamente considerados. Classificação dos bens acessórios.</p> <p>5.6.3.3. Dos bens públicos e particulares.</p>
--	--

	<p>5.6.4. Do Bem de Família. 5.6.5. Coisas fora do comércio. 5.7. FATO E ATO JURÍDICO. 5.7.1. Fatos jurídicos em sentido amplo: classificação e efeitos. 5.7.2. Ato-fato jurídico. 5.7.3. Ato Jurídico em Sentido Estrito. 5.7.4. Negócio Jurídico. 5.7.4.1. Pressupostos de existência e validade. 5.7.4.2. Defeitos do negócio jurídico. 5.7.4.3. Eficácia do negócio jurídico. 5.8. ATO ILÍCITO. 5.9. RESPONSABILIDADE CIVIL. 5.10. NOÇÕES GERAIS SOBRE CONTRATOS. 6. O DIREITO ADMINISTRATIVO 6.1. CONCEITO. 6.2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: FINALIDADES E DIVISÃO. 6.3.1. Administração Pública Direta. 6.3.2. Administração Pública Indireta. 6.3.2.1. Autarquias. 6.3.2.2. Empresas Públicas. 6.3.2.3. Sociedades de Economia Mista. 6.3.2.4. Fundações Públicas. 6.3. ATO ADMINISTRATIVO. 6.3.1. Classificação. 6.3.2. Espécies de atos administrativos. 6.3.3. Contrato Administrativo. 6.4. LICITAÇÃO. 6.4. SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA. 6.4. AGENTE PÚBLICO. 6.6.1. Servidor Público. 6.7. PROPRIEDADE PÚBLICA. 6.8. PODER DE POLÍCIA. 6.9. INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: UFVJM. 6.9.1. Estatuto. 6.9.2. Regimento Geral. 6.9.3. Regulamento dos cursos de graduação da UFVJM e outros. 7. NOÇÕES DE DIREITO PENAL</p>
BIBLIOGRAFIAS	<p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 40. ed. São Paulo: 2007. BRASIL. Código Civil e Constituição Federal. 58. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p>

	<p>BRASIL. Código Penal e Constituição Federal. 45. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>FUHER, Maximilianus, C.A.; MILARÉ, Edis. Manual de Direito Público e Privado. 15. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.</p> <p>DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. 13. Ed. Saraiva, 2005.</p> <p>HERKENHOFF, João Batista. Fundamentos de Direito: uma visão panorâmica do universo jurídico. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.</p> <p>MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>PINHO, Ruy Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de Direito Público e Privado. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p>
--	--

CONTEÚDO/DISCIPLINA	Conteúdo de Direito Tributário
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	<p>1. INTRODUÇÃO: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO</p> <p>1.1. O Sistema Tributário Nacional: um instrumento de distribuição de renda;</p> <p>1.2. Considerações iniciais sobre a relação tributária na história;</p> <p>1.3. O Direito Tributário na árvore jurídica: seu lugar e sua relação com os demais ramos do Direito;</p> <p>1.4. O Direito Tributário versus Direito Financeiro: as Receitas Públicas;</p> <p>1.5. O Direito Tributário e os limites ao poder de tributar.</p> <p>2. FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO</p> <p>2.1. Fontes formais do Direito Tributário;</p> <p>2.1.1. Fontes formais principais;</p> <p>2.1.2. Fontes formais secundárias;</p> <p>2.2. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.</p> <p>3. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E GERAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO</p> <p>3.1. Princípio da Legalidade Tributária;</p> <p>3.2. Princípio da Anterioridade Tributária;</p> <p>3.3. Princípio da Isonomia Tributária;</p> <p>3.4. Princípio da Irretroatividade Tributária;</p> <p>3.5. Princípio da Vedação ao Confisco;</p> <p>3.6. Princípio da não-limitação ao tráfego de pessoas e bens e a ressalva do pedágio;</p> <p>3.7. Outros princípios constitucionais e tributários.</p> <p>4. IMUNIDADES</p>

	<p>4.1. Imunidades gerais e recíproca; 4.2. Imunidade dos templos religiosos; 4.3. Imunidades não auto-aplicáveis; 4.4. Imunidade de Imprensa. 5. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL 5.1. Definição de Tributo: suas características; 5.2. Competência Tributária; 5.3. Espécies de Tributos e impostos. 6. A RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA 6.1. A hipótese de incidência; 6.2. O fato gerador; 6.3. Obrigação tributária. 7. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA 7.1. Conceitos introdutórios; 7.2. Responsabilidade de devedores solidários; 7.3. Responsabilidade de devedores sucessores; 7.4. Responsabilidade de terceiros devedores; 7.5. Responsabilidade por infrações; 7.6. Denúncia espontânea. 8. CRÉDITO TRIBUTÁRIO 8.1. Lançamento; 8.2. Decadência; 8.3. Prescrição; 8.4. Suspensão; 8.5. Extinção; 8.6. Exclusão; 8.7. Garantias e privilégios. 9. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 9.1. Fiscalização; 9.2. Dívida Ativa; 9.3. Certidão Negativa; 9.4. Disposições finais e transitórias do CTN. 10. TRIBUTAÇÃO DIFERENCIADA 10. 1. Cooperativas; 10. 2. Micro e Pequenas Empresas.</p>
BIBLIOGRAFIAS	<p>Amaro, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2000. 487 p. ISBN 8502021516. Baleeiro, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 1063 p. ISBN 978-85-309- 0506-4. Bastos, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário . 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1997. 267 p. ISBN 8502021796. Carrazza, Roque Antonio. Curso de direito</p>

	<p>constitucional tributário. 23.ed. São Paulo: Malheiros, 2007. 1061 p. ISBN 978-85-7420-809-1.</p> <p>Carvalho, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 590 p. ISBN 978-85-02- 06628-1.</p> <p>Coêlho, Sacha Calmon na Varro. Compêndio de Direito Tributário. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 801 p.</p> <p>Sabbag, Eduardo. Direito tributário. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 237 p. (Elementos do direito; v.3). ISBN 978-85-203-3809-4.</p> <p>Nascimento, Carlos Valder do. Curso de Direito Tributário. Rio de Janeiro: Forense, 1999. 449 p.</p>
--	---

ANEXO III – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO SELEÇÃO DE BOLSISTAS PARA O PROGRAMA DE MONITORIA REMUNERADA E VOLUNTÁRIA			
NOME COMPLETO:			
Nº. MATRÍCULA:	CPF:	IDENTIDADE:	PERÍODO:
DATA DE NASCIMENTO:	NATURALIDADE:	GÊNERO: () Masculino () Feminino	
ENDEREÇO RESIDENCIAL (Rua/Av.):			
BAIRRO:	CEP:	CIDADE:	UF:
E-MAIL:			
TELEFONE RESIDENCIAL:		CELULAR:	
CONTEÚDO/UNIDADE CURRICULAR OBJETO – (conforme consta no edital):			
DECLARAÇÃO			
Declaro que este formulário de inscrição contém informações completas e exatas e que aceito o sistema e os critérios adotados no presente Edital.			
(cidade), ____ de _____ de _____.			
_____ ASSINATURA DO CANDIDATO			
PARA USO DA SECRETERIA			
() Inscrição deferida		() Inscrição indeferida	
Observação: _____			

